

UMA ANÁLISE ACERCA DAS VIVÊNCIAS, TENSÕES E MOVIMENTO LGBTQIAPN+ EM ESPAÇOS ESCOLARES A PARTIR DO LONGA METRAGEM “ALICE JÚNIOR”

LUÍS FELIPE SILVA DA CRUZ

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo

O presente artigo faz uma análise do filme “Alice Júnior”, e tem como principal característica metodológica unir elementos da pesquisa autobiográfica e história de vida, tensionando um debate fenomenológico, em que trago, a partir de minha experiência vivenciada na disciplina “Violência na Escola”, a qual foi ofertada no curso de Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e as discussões no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Prisões, Violências e Direitos Humanos (NEPP). O trabalho problematiza o conceito de identidade social e a relação com o poder, aborda o contexto histórico do movimento LGBTQIAPN+, o que inclui a história de *Stonewall*, as mudanças da sigla ao longo dos anos, os respectivos significados de cada letra e das cores da bandeira. Por fim, mais especificamente na temática trans, o artigo problematiza o espaço escolar e as dificuldades de vivência decorrentes do preconceito e traz à tona os índices de violência contra pessoas trans no Brasil e suas implicações no contexto social.

Palavras-chave: Diversidade. Identidade. Violência

Abstract

The present article portrays an analysis of the film “Alice Júnior”, and its main methodological characteristic is to unite elements of autobiographical research and life history, tensioning a phenomenological debate, in which I bring, based on my experience in the subject “Violence at School”, which was offered in the Social Sciences course at the State University of Southwest Bahia and discussions at the Center for Studies and Research of Prisons, Violence and Human Rights. The following work problematizes the concept of social identity and the relationship with power, also addresses the historical context of the LGBTQIAPN+ movement, which includes the history of *Stonewall*, the changes in the acronym over the years, the respective meanings of each letter and colors of the flag. Finally, more specifically on the trans people theme, the article problematizes the school

space and the difficulties of living resulting from prejudice and brings to light the rates of violence against trans people in Brazil and its implications in the social context.

Keywords: Diversity. Identity. Violence

Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que o meu interesse nessa temática existe desde quando, ainda na infância, percebi que meu interesse genuíno era por homens e não por mulheres. Acredito fielmente que ser parte da comunidade LGBTQIAPN+ pode ser mais do que somente se identificar com uma letra da sigla, mas também conhecer o contexto histórico desse movimento e ser plural na defesa dos direitos de todas as pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo. Coloco-me em um lugar honesto de quem somente retrata um olhar externo, mas não uma vivência, quando o tópico é a transsexualidade. Nesse sentido, através do método fenomenológico, eu realizo minha análise diante das minhas experiências vividas na disciplina “Violência na Escola”, a qual irei falar mais adiante, assim como no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Prisões, Violências e Direitos Humanos (NEPP) e o meu existir enquanto homem cis e homossexual em uma sociedade heteronormativa.

Em segundo lugar, ao abordar a comunidade LGBTQIAPN+, de forma mais geral, e a transsexualidade, de forma mais específica, penso que também é uma grande oportunidade de gerar mais conhecimento à comunidade da minha universidade e também a externa. E, sendo violência o tema geral do NEPP (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Prisões, Violência e Direitos Humanos) no ano de 2023, que é o grupo de estudos da UESB o qual faço parte há recém completos dois anos.

Estar no NEPP é muito significativo, tendo em que vista foi a porta de entrada para ter acesso a conteúdos acadêmicos, como artigos, projetos de extensão e grupos de pesquisa, além de eu ter ganhado a possibilidade de estudar temas que eu tenho muito interesse, como as variadas faces da violência, os índices de violência no Brasil e em Vitória da Conquista, seja perante as mulheres, pessoas pretas, pardas e indígenas ou pessoas LGBTQIAPN+, assim como questões de estereótipos de gênero, entre tantos outros temas. Adicionalmente, foi a partir do NEPP que comecei a escrever esse artigo, que é o primeiro da minha trajetória como estudante.

Ademais, há cerca de um mês, atuei como observador e mediador de um grupo operativo com autores que cometeram violência doméstica, que faz parte de um projeto de extensão ofertado pelo NEPP. Sem sombra de dúvidas esta última experiência vem sendo muito rica para a minha formação e para minha futura atuação como psicólogo, visto que ao meu lado eu estou

com uma psicóloga e duas advogadas, que me ajudam não somente a ter mais segurança nesses contextos, como também aprendo muito com elas nas discussões desses eixos temáticos.

Por fim, tive a oportunidade de me matricular em uma disciplina do curso de ciências sociais, intitulada “Violência na Escola”, ministrada pelo professor José Miranda Oliveira Júnior. Com duração de duas semanas, tivemos discussões muito profundas acerca dos diversos tipos de violência que acometem nossa sociedade em uma esfera mais macro, no caso das demais instituições, mas principalmente na escola, que é o principal objeto de estudo dessa disciplina.

Nesta disciplina nós assistimos ao filme “Alice Júnior”, uma trama nacional, lançada em 2019 e que retrata a história de Alice, uma jovem trans que se mudou de cidade com o pai e se matriculou em uma instituição de cunho religioso. E foi nesse espaço que ela foi vítima de todo e qualquer tipo de violência, simplesmente por ser quem é. Assim, tendo em vista as problemáticas que o filme traz à tona, pensando também nas violências e na comunidade LGBTQIAPN+, foi assim que decidi, juntamente com meu orientador, construir o meu primeiro artigo para a universidade. Este artigo não se resume somente às discussões acerca da pauta trans, mesmo que tenha sido o meu ponto de partida. Eu tento por meio deste artigo abarcar de maneira mais ampla a comunidade LGBTQIAPN+, como possibilidade de enriquecer a análise. E isto significa muito para mim, não somente por eu falar de algo que tenho interesse, mas de poder escrever isso de forma mais séria e visando também um aprimoramento pessoal como estudante.

1. A bandeira e a sigla LGBTQIAPN+ no contexto da diversidade

Usualmente, o movimento LGBTQIAPN+ se mostra diverso quanto às pautas que são defendidas e os sujeitos políticos que compõem esse lugar. Mas antes de tudo, entender o conceito de identidade é o primeiro passo para adentrar em qualquer discussão que envolve sexualidade e gênero, tendo em vista que o movimento vivenciou e ainda vivencia reestruturações, compondo o que é conhecido por diversidade.

Conforme Barth (1998), a identidade é definida através da interação com o outro, moldando-se na trama das relações humanas. Nesse entendimento, os grupos sociais delimitam fronteiras, delineando-se um dos outros em contextos específicos. Logo, a identidade social é fluida, integrando-se à constante dinâmica dos movimentos sociais. É através das diferentes identidades que a diversidade se concretiza, ao constituir de maneira macro cada subgrupo, estabelecendo uma relação entre cada um. Dessa forma, o movimento LGBTQIAPN+ se institui

de dessemelhantes pautas e formas de existir, mas que se unem em determinados contextos, como na Parada da Diversidade.

Examinando minuciosamente essa discussão, cabe aqui ressaltar que falar de identidade também é falar de disputa de poder. O poder de atribuir nomes, escolher a própria denominação e aceitar ou desafiar as nomeações impostas por terceiros. Cuche (2002) argumenta que a dinâmica de poder entre os participantes de uma disputa não se restringe apenas a bens tangíveis, mas abrange também todos os bens simbólicos, incluindo os processos de rotulação. Isso se deve ao fato de que a atribuição de nomes implica em classificação, hierarquização e atribuição de significados morais e políticos dentro das interações sociais. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação dessa discussão com a vivência trans diante da sociedade heteronormativa, assim como dentro do próprio movimento LGBTQIAPN+.

Ao contextualizar o cenário histórico do movimento, a sigla GLS, referente a *gays*, lésbicas e simpatizantes, ganhou força nos anos 1990 e serviu de orientação inicial desse movimento. Entretanto, diante da necessidade de mais representatividade, a sigla passou por uma primeira adaptação, transformando-se em GLT, omitindo os simpatizantes e reconhecendo as pessoas transexuais e, sobretudo, travestis. Ademais, uma das siglas que mais ganhou popularidade, no que tange esse movimento, foi a sigla LGBT, que inclui lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais, transgêneros e/ou travestis. Por fim, houve o acréscimo do “+”, indicando a existência de outras identificações quanto a gênero e sexualidade.

Como mencionado, a sigla se adapta conforme se torna necessário destacar outras identidades de gênero e orientações sexuais que carecem de representatividade, tendo em vista o contexto social vigente. Com isso, LGBTI+, LGBTQIA+ e LGBTQIAPN+ foram outras três adaptações que a sigla teve, enfatizando em ordem, às pessoas intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pansexuais e não binárias. O “+” permanece e indica que ainda há outras identidades existentes no meio social.

Existem debates em torno dessas transformações e da expansão da sigla, e como isso influencia a identificação e a conexão dessas orientações sexuais e identidades de gênero com o movimento LGBTQIAPN+ e com o público heterossexual. Um primeiro argumento é que na contemporaneidade o existir é tão plural que as pessoas não têm conseguido acompanhar as movimentações das identidades mais contemporâneas, adentrando no lugar de ignorância pela falta de conhecimento. Ao mesmo tempo, com o acesso à informação sendo cada vez mais rápido, diante das inovações tecnológicas, há também as pessoas que acreditam que esse lugar do não saber pode ser solucionado em um clique.

Outros argumentos também explanados seriam acerca da fragmentação do movimento e a dificuldade de representação. No primeiro caso, a inclusão de mais letras na sigla pode fragmentar os grupos e torná-los ainda menores e mais específicos, tornando mais difícil para o movimento LGBTQIAPN+ se unir em torno de questões comuns e lutar por direitos igualitários de forma coesa. Já no segundo caso, à medida que a sigla cresce, pode se tornar mais desafiador representar todos os grupos e identidades de forma equitativa e inclusiva.

E diante disso, a organização Orientando norteou, de forma didática, um guia contendo a explicação por das letras que compõem a sigla e forma o movimento, com o papel de não somente facilitar na familiarização dos termos para as pessoas do próprio movimento ou externas, como também ajudar outras pessoas que questionam a sua própria identidade na sociedade.

Sendo assim, seguindo a ordem atual da sigla, temos que L faz referência às lésbicas, que são mulheres que se relacionam afetivamente ou sexualmente com outras mulheres; G faz referência aos *gays*, que é um termo de origem inglesa, mas que representa os homens que se relacionam afetivamente ou sexualmente com outros homens; B faz referência aos bissexuais, que são pessoas que sentem atração sexual ou afetiva tanto por homens quanto por mulheres; T faz referência às pessoas transgênero, transexuais e travestis, que são pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico e com o gênero atribuído ao sexo, conseqüentemente. É importante salientar que pessoas não binárias, por exemplo, apesar de se encaixarem nessa definição, não necessariamente fazem uso dela; Q faz referência à palavra *queer*, que também é um termo de origem inglesa e que foi ressignificado. *Queer*, em tese, significa algo estranho ou uma aberração, fazendo referência às pessoas não heterossexuais. Entretanto, também é um termo guarda-chuva e que cobre todas as demais letras. Portanto, todas as pessoas não cis ou não heterossexuais são *queer*.

Em continuidade, I faz referência às pessoas intersexo, que são àquelas que não se encaixam no binarismo social, logo não são vistas como parte do sexo masculino ou feminino, levando em consideração questões hormonais, cromossômicas, genitais, entre outras características da parte biológica; A faz referência às pessoas assexuais, aromânticas ou agênero. Sendo que assexuais são as pessoas que dificilmente ou nunca sentem atração sexual, independente do gênero. Aromânticas, seguindo uma definição parecida, são as pessoas que dificilmente ou nunca sentem paixão. Por fim, pessoas agênero não se contemplam com a definição de gênero, logo não possuem gênero. E mais uma vez, seria possível incluir pessoas agênero nas categorias de pessoas trans ou não binárias, mas não é uma obrigatoriedade; P faz

referência às pessoas pansexuais, que tendem a se atrair por todos os gêneros. E existe uma diferença entre a pansexualidade e a bissexualidade, pois a bissexualidade se resume ao binarismo entre homem e mulher ou masculino e feminino, enquanto a panssexualidade cobre os demais gêneros que fazem parte do meio social; N faz referência às pessoas não binárias, que são pessoas desapegadas ao binarismo. Ou seja, não se enxergam como totalmente homens ou mulheres, ou somente homens ou mulheres, então tendem a fluir nessa questão e o seu externo vai além dessas definições, seja no quesito nome social, como roupas, entre outros.

Por fim, o “+” faz referência às demais formas de existir e sentir que não foram contempladas por alguma letra anteriormente. Pode-se usar como exemplo os demissexuais, que são as pessoas que só se relacionam com pessoas que possuem um laço afetivo muito íntimo. Portanto, valorizam a intensidade e recusam a superficialidade das relações.

É importante ressaltar também que, para além da sigla, a bandeira também foi modificada, visando incluir outras lutas que complementam a causa LGBTQIAPN+. E voltando ao conceito de identidade, atrelado ao conceito de diversidade, mesmo diante do sentimento de reconhecimento a uma sexualidade, as vivências entre pessoas que compartilham a mesma sexualidade são totalmente diferentes, principalmente ao se tratar de cor de pele, por exemplo. Por isso, além das cores do arco-íris, a bandeira vigente inclui também as cores do movimento negro (marrom e preto), as cores da bandeira trans (branco, azul bebê e rosa bebê) e o símbolo do orgulho intersexo, o qual é um círculo lilás no meio de um plano amarelo.

1295

Este projeto da bandeira foi lançado no Brasil, na parada do Rio de Janeiro, sendo inicialmente trabalhado pelo designer Daniel Quasar, no ano de 2018, incluindo as cores do movimento negro e da causa trans. E, futuramente, o designer Valentino Vecchietti incorporou o símbolo do orgulho intersexo.

No que se refere às cores do arco-íris, cada uma delas também possui um significado. A bandeira foi idealizada por Gilbert Baker, um artista e ativista da causa, natural dos Estados Unidos. A primeira vez que a bandeira foi utilizada como símbolo nas ruas aconteceu na Parada do Dia da Liberdade Gay de São Francisco, em 25 de junho de 1978. A ideia inicial contava com 8 cores em listras horizontais, mas a bandeira passou por adaptações e a sua versão mais conhecida possui 6 cores.

Acerca da versão original, Gilbert explicou que as cores se distribuíam dessa forma: o rosa-choque representava o sexo; o vermelho seria a vida; laranja representava a cura; amarelo homenageava a luz do sol; verde remetia à natureza; azul turquesa representava a arte; azul índigo remeteria à harmonia e o violeta seria o espírito. E claro, a proposta de ser um arco-íris

é para trazer à tona a diversidade de cores, assim como existe a diversidade de identidades, partindo das diferenças de orientação sexual e gênero.

2. Alice Júnior

A obra cinematográfica "Alice Júnior" retrata as adversidades enfrentadas pela adolescente Alice em decorrência de sua vivência como uma pessoa transexual. Diante de uma mudança de cidade para o interior, Alice é matriculada em um colégio religioso e tradicional, ficando exposta ao preconceito e à falta de informação presentes no local. A produção expõe os diversos tipos de violência experienciados pela personagem com o intuito de provocar no espectador uma reflexão acerca de problemas sociais que afligem esses corpos, sobretudo no contexto escolar. Temas como apoio familiar, *bullying*, LGBTfobia, agressão e sexualidade são destacados na trama com caráter tanto cômico quanto informativo.

Desde o começo, são expostas as diversas violências que a jovem sofre, que vão desde os comentários deslegantes da corretora de imóveis, até quando alguns colegas a constrangem em uma festa tirando sua roupa na frente de todos. Ainda que Alice possuísse diversos privilégios, como o suporte familiar e boa condição financeira, ainda assim, ela esteve suscetível a diversas situações de violência e dor.

Nas primeiras cenas do filme é apresentado o pai de Alice, Jean Genet. Desde os primeiros momentos faz-se perceptível como o pai dela lida bem com toda a mudança de gênero, visto que ele insiste em corrigir qualquer pessoa que tratava Alice com pronomes masculinos. Também é exibido um vídeo em que o pai entrega a Alice seus remédios hormonais para a transição como um presente, denotando o acolhimento e suporte que Jean oferece à filha.

Pensando nisso, alguns estudos, como o de Braz et. al. (2020), apontam o quão importante é este vínculo terapêutico na vida de qualquer pessoa que vivencia o processo de transição de gênero. Ao passo que “o acolhimento feito pela família aumenta a resiliência da pessoa trans e reflete-se positivamente em todos, promovendo autoestima do núcleo e melhoria nas relações interpessoais” (BRAZ et al., 2020, p. 6).

Alice também percebe que não será acolhida pelos novos colegas, uma vez que a todo o momento durante a trama ela é bombardeada por comentários preconceituosos por parte de alunos da instituição, interferindo na sua sensação de segurança no ambiente escolar e se apegando cada vez mais ao seu pai como refúgio diante da hostilidade vivida por ela.

A produção do filme trouxe bastante informação ao abordar, mesmo que brevemente, sobre a necessidade de se recorrer à justiça quando a escola não respeitar os direitos básicos.

Em uma cena protagonizada pelo pai de Alice e a diretora da escola, o pai dela confronta a diretora com a ajuda de uma advogada, que também fez parte da vida de Alice por muitos anos.

Na trama, a diretora defende os valores tradicionais da escola e os legítimos, negando vários direitos de Alice como mulher trans. Entretanto, a advogada de Alice traz à tona a obrigação que a instituição tem de respeitar os seus direitos, pois, caso contrário, estaria sendo criminosa para com a jovem.

Louro (2013) aponta que o ambiente escolar tende a evidenciar uma única possibilidade de pensamento acerca de gênero e sexualidade. Apesar de existirem diferentes sexualidades e identidades de gênero que escapam do binarismo, como também foi apontado anteriormente neste artigo, é indiscutível que os diálogos que reinam em sala de aula omitem as demais formas de existência, dando destaque somente ao padrão do masculino e feminino e da heterossexualidade como orientação sexual mais adequada. E, no caso da escola de Alice, os ideais cristãos da instituição se revelam como guias para o preconceito a qual ela sofre, mesmo sem ter praticado qualquer ato negativo contra a escola.

Um exemplo disso é a forma com que os livros de biologia, principalmente, retratam o sexo e a sexualidade, destacando as relações conjugais entre o homem e a mulher, não apenas legitimando o sexo heterossexual como o padrão a ser seguido, mas também objetivando a vagina como órgão reprodutor e que serve de prazer para o pênis e vice-versa. E neste sentido, Bento (2008) reflete que, a partir dessas convicções, o feminino se encontraria exclusivamente no corpo de mulheres, assim como masculino estaria fielmente no corpo de homens. Como consequência, outras problemáticas se fazem presentes, tal como a falácia de que a mulher nasceu com seu papel já estabelecido de procriação e de alimentar o seu instinto materno, enquanto os homens existem para externar sua virilidade e sustentarem suas esposas.

Ainda se tratando de direitos civis, no filme Alice fica impossibilitada de ir ao banheiro feminino da escola, ao ponto de em uma cena ela fazer xixi na roupa por segurar sua vontade até não aguentar mais. A jovem resistiu para não ter que ir ao banheiro masculino, e somente depois com a ajuda de suas colegas ela consegue ter acesso. Contudo, apesar de existir de forma regulamentada a lei que reconhece e legitima o nome social por pessoas transexuais e travestis conforme o Decreto nº 8727/2016, ainda não há na legislação federal alguma lei que garanta o acesso aos banheiros públicos de pessoas trans de acordo com o gênero ao qual se identificam.

Logo, esse ocorrido se tornou motivo para colegas de sala praticarem *cyberbullying* com Alice, durante uma *live* que fazia em suas redes sociais. Enquanto interagiam com seus seguidores de forma despreziosa, começaram a publicar vídeos dela fazendo xixi na sala, sendo o

momento acompanhado de comentários maldosos, o que a deixou triste e constrangida ao ponto de cogitar não voltar mais para a escola.

E tratando-se desse termo, o Fundo das Nações Unidas da Infância (Unicef) caracteriza o *cyberbullying* como o *bullying* cometido através das redes sociais. É qualquer ação que tenha o intuito de ofender, intimidar, assediar ou envergonhar as vítimas. Podendo se manifestar em jogos virtuais, aplicativos de mensagens, sites de interação por vídeo, as diversas mídias digitais, entre outros.

Alice também se deparou com uma realidade em que ela teve negada sua identidade de gênero pela diretora e pelos professores, exceto um. A gestora a tratou desde o princípio como se fosse um garoto, obrigando-a a vestir o uniforme masculino da instituição para poder assistir às aulas. Quanto ao corpo docente da escola, nas chamadas sempre utilizavam o nome masculino que Alice possuía antes da transição, não respeitando quando ela pedia que fosse chamada pelo nome feminino. Porém, apenas um professor respeitou a jovem.

Bento (2008) problematiza a genitalização das identidades, por ser um fator limitante para o reconhecimento das mulheres e homens transexuais perante o gênero que se identificam. Dessa forma, infelizmente é comum que essa identificação não seja contemplada pela oposição do gênero ao órgão sexual. Se mulheres nascem com vagina e homem com pênis, como seria possível a existência de uma mulher com pênis e homem com vagina? E independente da aparência exterior dessa pessoa, estando ou não no início da transição, somente por se mostrar oposto à norma de gênero, toda a sua história é confrontada.

Tendo em conta esta problemática, Bento (2008) reforça que “a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade”. E por razões como esta que muitas pessoas transexuais deixam de frequentar a sala de aula e, conseqüentemente, ficam impossibilitadas de terem um direito primordial, que se consta na Constituição Federal, que é o acesso livre à educação para todas as pessoas.

Ademais, Bento (2008, p. 169) ainda adverte acerca do olhar que a escola e a sociedade civil devem ter acerca dessa questão:

[...] não se trata de “saber conviver”, mas ter claro que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa clara, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser igual e quanta violência é cometida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.

A trama também retratou um tópico interessante por meio do personagem Lino: o oprimido que age como opressor. Ele é um colega de Alice, é homossexual, mas a princípio não tinha interesse em se tornar amigo dela, por receio dos holofotes e do *bullying* por parte de seus colegas. Com isso, em alguns momentos ele foi verbalmente violento com Alice e não prestou apoio em sua chegada, contribuindo com todas as violências sofridas por ela na escola. Isso não se difere tanto fora das câmeras, já que a comunidade trans está sempre ressaltando o quão difícil é sentir o sentimento de acolhimento e respeito dentro do meio LGBTQIAPN+.

2.1 Índices de violência às pessoas trans no Brasil

A população trans no Brasil possui uma estimativa de vida muito baixa em nosso país. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), em 2021, a Keron Ravach, de 13 anos, foi a vítima mais jovem no Brasil e no mundo que a associação teve conhecimento até então. Ademais, a expectativa de vida hoje é de 35 anos.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano passado teve como registro 131 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo que 65% dessas mortes foram cometidas diante de crimes de ódio com requinte de crueldade. Tais dados foram coletados através da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

A associação ainda ressalta outro dado importante: o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans pelo 14º ano consecutivo, ao mesmo tempo em que também é o país que tem o maior índice de acessos à pornografia trans no mundo. Ademais, foram registradas 142 violações de direitos humanos, abrangendo restrições ao acesso a banheiros de acordo com a identidade de gênero da pessoa, recusa em permitir a utilização do nome social e uma variedade de outros incidentes.

O Jornal Hoje, ao noticiar uma determinada matéria, também revelou o quão escasso é o sistema que registra os crimes de homofobia e transfobia, independente do tipo de violência (moral, física, simbólica, entre outros). Inclusive, para a criação da matéria, estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Tocantins e Rondônia não explicitaram esses dados. O principal argumento utilizado pela maioria dos governadores é que o sistema não possui um registro exato da motivação do crime, seja transfobia ou homofobia, e que precisaria de manutenção para que se tenha mais exatidão desses índices.

A burocratização excessiva para as vítimas concluírem a denúncia nas delegacias é outro empecilho na vida da população LGBTQIAPN+, pois o mau preparo da polícia influencia diretamente na manutenção do preconceito e de outros tipos de violência existentes, o que não ocorre somente na população LGBTQIAPN+. Cabe ressaltar aqui a Lei Maria da Penha, que

apesar de ter como função afastar os autores das vítimas, frequentemente estas mulheres passam por descaso nas delegacias e acabam sendo desencorajadas a continuar com a denúncia. Todos esses pontos somente reafirmam o quanto o machismo se faz presente nesses ambientes e que o preparo policial deve ser revisto, para que assim todas as pessoas recebam um serviço de qualidade, independente do gênero, orientação sexual ou cor.

Ainda em relação aos dados de 2022, realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), Pernambuco foi o estado que liderou o número de mortes às pessoas trans, com 13 assassinatos, saindo do 5º lugar e assumindo então o 1º lugar dos estados mais transfóbicos a nível nacional. Em seguida, São Paulo, que antes liderava o ranking, e em terceiro lugar está o Ceará, ambos tendo registrado 11 casos. Por fim, Acre, Tocantins e Amapá não registraram casos, sendo que Tocantins já não registra pelo segundo ano consecutivo.

De acordo com um levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é líder também no ranking de assassinatos ao público LGBTQIAPN+, não sendo somente o mais transfóbico, porém o mais violento para este público geral. Nesse sentido, o nordeste é a região que acolhe o estado mais transfóbico do Brasil, assim como também lidera o ranking de assassinatos ao público LGBTQIAPN+ (de maneira generalizada), sendo a Bahia o estado mais perigoso para este público. Em um panorama geral, a Bahia aparece no topo do ranking com 27 mortes violentas, equivalente a 10,5% da porcentagem geral.

Todos estes assassinatos e os demais tipos de violência acontecem de maneira muito agressiva, o que inclui esquartejamento, enforcamento, além do uso de armas de fogo, facas e facões, cordas, entre outras ferramentas. Um exemplo é o caso de Dandara dos Santos, uma travesti que foi morta em fevereiro de 2017, vítima de espancamento e uma série de tiros. A sua morte ocorreu em Fortaleza, no Ceará. Foi um crime amplamente divulgado em todo o país e todos os acusados de terem cometido esse crime foram presos.

3. Considerações Finais

Ao pensar em identidade e diversidade, entende-se que continuamente o movimento LGBTQIAPN+ passará por alterações. Com o percorrer da história, novas formas de enxergar a sexualidade e o gênero vão surgindo, com isso, a sigla e a bandeira acompanham o que é contemporâneo e fazem jus ao que o substantivo diversidade significa. Apesar das críticas existentes a essas alterações, a sociedade atual está abordando mais esses conteúdos, seja no boca-a-boca, em matérias jornalísticas ou em novos estudos acadêmicos.

Além disso, diante da relevância do mês de junho para o combate às intolerâncias ao público LGBTQIAPN+ e tendo em vista os altos índices de violência em território nacional, para quem não corresponde à cisheteronormatividade, politizar essa realidade em todas as gerações e estimular as paradas do orgulho em todo o mundo, incluindo todos os símbolos que caracterizam esses eventos, é uma forma alternativa de combater as opressões existentes no campo social.

E notável também como o filme “Alice Júnior” traz para a discussão a necessidade da garantia de direitos básicos à população transgênero/transsexual/travesti, e ainda, apresenta ao público as diversas violências que uma garota transexual, mesmo que atravessada por privilégios, está suscetível. Na realidade as dificuldades se apresentam de maneira muito mais brutal para com pessoas transexuais, contudo, o filme proporcionou um sentimento de esperança em seu final, já que Alice foi, por fim, acolhida na nova escola. Ademais, é reconfortante saber da existência de obras cinematográficas nacionais que abordam tais temáticas, devido ao fato de o Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo e “Alice Júnior” também se tratar de uma denúncia à transfobia.

Além de tudo, é perceptível como os índices são alarmantes quando se trata da população trans, de forma específica, e do público LGBTQIAPN+, de forma generalizada. Dessa forma, é mais do que necessário que os estados atuem de forma mais ativa na captação desses índices, como forma de trazer à tona a realidade (não mascarada) dessa opressão toda. Outrossim, o setor policial necessita de uma reformulação em sua preparação.

Por fim, apesar de tudo de negativo que foi relatado anteriormente, é também necessário informar que novas discussões estão surgindo mais frequentemente no cotidiano social e novas políticas públicas vêm sendo implementadas, não necessariamente no espaço escolar, mas também universitário. Como exemplo, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por meio da resolução nº 50/2023 do Consepe (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão), instituiu vagas por cota adicional para pessoas trans. Isso significa mais uma possibilidade de acesso ao ensino superior para o público trans, sendo uma medida crucial para a promoção de igualdade, justiça e progresso social.

Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. Grupo étnico e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 187-227.

BENEVIDES, Bruna. Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. Disponível em:

<https://antrabrazil.org/category/violencia/>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BLAKEMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+. Publicado em 24 de jun. de 2021. Disponível em:

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em 12 de nov. de 2023.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho. et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. Acta Paul Enferm, v. 33, eAPE20190251, ago. 2020.

COSTA, Anna Gabriela. Parada LGBTQIA+ leva 4 milhões, diversidade e 19 trios com artistas para avenida Paulista em SP. Publicado em 19 de jun. de 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/parada-lgbtqia-leva-multidao-diversidade-e-19-trios-com-artistas-para-avenida-paulista-em-sp/#:~:text=A%20parada%20seguiu%20rumo%20%C3%A0,de%203%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2. ed. Bauru/SP, 2002.

DE OLIVEIRA, Luciana. Pessoas trans vivem sob ‘tolerância frágil’, diz pesquisadora que contabilizou 140 mortes em 2021. Publicado em 28 de out. de 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/28/pessoas-trans-vivem-sob-tolerancia-fragil-diz-pesquisadora-que-contabilizou-140-mortes-em-2021.ghtml>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

EM FOCO, Congresso. Um LGBTI+ é assassinado a cada 34 horas no país, aponta relatório.

Publicado em 20 de jan. de 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mm-lgbti-e-assassinado-a-cada-34-horas-no-pais-aponta-relatorio-b8eb>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 43-53.

SITE ORIENTANDO. Orientando, c2016. O que significa LGBTQIAPN+?. Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

TURCI, Fabio. Crimes de homofobia sobem no Brasil e vítimas relatam dificuldade de registrar ocorrência em delegacias. Publicado em 26 de dez. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/12/26/crimes-de-homofobia-sobem-no-brasil-e-vitimas-relatam-dificuldade-de-registrar-ocorrencia-em-delegacias.ghtml>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

Autor 1:



Luís Felipe Silva da Cruz

Natural de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, Luís, único autor do artigo, se mudou para Vitória da Conquista para cursar psicologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e atualmente se encontra no 4º semestre.

Email: lufedacruz@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2137420591823944>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0272-1575>

1303